

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NOVA REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Novamente em Janeiro o Comité Central se reuniu para discutir importantes problemas da actividade partidária.

Esta nova reunião do Comité Central foi fundamentalmente dedicada à discussão da actividade política do Partido, na base duma intervenção dum membro do Secretariado do Comité Central. Após largo debate sobre muitos aspectos da linha do Partido, o Comité Central aprovou o documento «*Perspectivas de desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura fascista*». Este documento, que o Comité Central publica separadamente em folheto, reveste a maior importância para toda a actividade do nosso Partido. Nele o Comité Central assinala vigorosamente que o caminho para o levantamento nacional está na intensificação e no alargamento audacioso de todas as lutas populares de massas e não na preparação de golpes militares e apresenta as medidas defendidas pelo nosso Partido para garantir futuras conquistas democráticas; ao mesmo tempo, o Comité Central reafirma a sua disposição de lutar inquebrantavelmente pela unidade das forças democráticas na base do grande objectivo comum, a conquista das liberdades e a realização de eleições livres.

Este importante documento do Comité Central deve ser estudado e discutido por todos os organismos e militantes; a sua compreensão e aplicação prática dará um grande impulso à actividade política do Partido e abrirá novas perspectivas ao desenvolvimento do movimento democrático nacional.

O segundo ponto da ordem de trabalhos desta reunião foi dedicado à discussão dos problemas actuais do movimento comunista internacional,

também na base duma intervenção dum membro do Secretariado do Comité Central. Em conclusão do debate travado, o Comité Central aprovou a importante declaração «*Em defesa da unidade do movimento comunista internacional*», que publicamos neste número de «O Militante». A discussão deste documento em todos os organismos do Partido contribuirá para elevar o espírito do internacionalismo proletário, da defesa da unidade estreita de todos os partidos comunistas e operários na base do marxismo-leninismo.

A realização de duas reuniões do Comité Central no curto intervalo de um mês e o facto de nessas reuniões terem sido largamente examinados todos os aspectos principais da actividade do Partido — a defesa conspirativa do Partido e da sua Direcção, o fortalecimento e alargamento da organização, as grandes questões da linha política e da defesa da unidade do movimento comunista internacional — representa um grande esforço do Comité Central para elevar e alargar toda a actividade do Partido, permitindo-lhe corresponder às importantes tarefas que a presente situação nos coloca, levando avante o Partido no caminho do levantamento nacional.

Depende de todo o Partido, de todos os militantes, desde os mais responsáveis aos mais modestos, que a orientação traçada nestas reuniões se transforme em acção, em novas lutas de massas, fazendo avançar irresistivelmente o movimento nacional anti-fascista.

EM DEFESA DA UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

— Declaração do Comité Central —

↑ O Partido Comunista Português teve os seus delegados presentes nas Conferências dos Partidos Comunistas e Operários de 1957 e 1960, participou nos debates e subscreveu os documentos que, com o voto unânime de todos os participantes, foram aprovados nessas Conferências.

As Declarações de 1957 e 1960, cujas teses foram posteriormente desenvolvidas de forma criadora no Programa do Partido Comunista da União Soviética, aprovado no XXIIº Congresso, contêm a orientação geral do movimento comunista internacional.

O Partido Comunista Português, tendo em conta a situação económica e política e as condições concretas existentes em Portugal, determina com completa independência, como todos os outros partidos irmãos, a sua linha política. Ao mesmo tempo, respeita as decisões comumente tomadas nas Conferências internacionais dos partidos comunistas e operários, decisões resultantes do confronto de experiências e de debate franco e fraternal de opiniões na base do marxismo-leninismo. O respeito por essas decisões, o respeito pela linha geral do movimento comunista internacional, é um dever de todos os partidos comunistas e operários, a base da unidade do movimento comunista é a melhor garantia da vitória da causa do comunismo.

O Partido Comunista Português continua a considerar a Declaração de Moscovo de 1957 e a Declaração dos 81 Partidos Comunistas e Operários de 1960 como os documentos básicos que definem a linha geral do movimento comunista internacional, cuja justeza os acontecimentos dos últimos anos comprovam e que é obrigatória para todos os partidos comunistas e operários.

2. Não o entendem assim os dirigentes do Partido do Trabalho Albanês. Apesar de que este Partido subscreveu as Declarações de 1957 e 1960, os seus dirigentes, em todas as questões essenciais, afastaram-se completamente da linha geral do movimento comunista internacional, fecharam-se numa posição dogmática anti-leninista e procuram semear a cisão nas fileiras dos partidos irmãos.

Eles combatem as teses sobre as formas de passagem ao socialismo. Eles mantêm no seu país os métodos condenáveis do culto da personalidade. Eles rejeitam de facto a política leninista de coexistência pacífica.

O poder e a influência crescentes do sistema socialista mundial, a derrocada do sistema colonial, os progressos do movimento operário, o enfraquecimento e decomposição do imperialismo, alteram cada vez mais em favor do socialismo a

correlação mundial das forças. Esta correlação torna possível pôr em cheque os planos de agressão dos imperialistas e evitar uma nova guerra mundial.

Por esse objectivo lutam os comunistas e, ganha pela sua política, luta com eles toda a humanidade que deseja o progresso e a paz. A luta pelo comunismo identificou-se com a luta pela paz. A luta pela paz mobiliza na luta contra o imperialismo centenas de milhões de pessoas. Nas condições de coexistência pacífica desequilibra-se cada dia mais a balança das forças a favor do socialismo, desenvolvem-se impetuosamente os movimentos nacional-libertadores, travam-se maiores lutas de classe nos países capitalistas. A política de coexistência pacífica é uma arma poderosa na luta contra o imperialismo.

Não o entendem assim os dirigentes dogmáticos do Partido do Trabalho Albanês e aqueles que os apoiam.

Não tendo confiança nas forças do socialismo e do movimento operário, descrendo da vitória do socialismo na competição pacífica com o capitalismo, os dogmáticos repudiam a política leninista de coexistência pacífica, acusam a URSS, os outros países socialistas, os partidos comunistas irmãos e todos quantos lutam para salvar a humanidade da guerra.

A posição dos dogmáticos, se admitíssemos o absurdo de ser aceite pelo campo socialista, abria caminho fácil às provocações e planos de agressão dos imperialistas e conduziria à catástrofe, sem precedentes na história, duma guerra termo-nuclear.

Contra a opinião dos dogmáticos, é dever de todos os comunistas tudo fazer para o triunfo do comunismo no mundo sem o sacrifício de centenas de milhões de vidas, sem ser sobre as ruínas e desertos deixados por uma guerra nuclear. O movimento comunista internacional confia que o comunismo triunfará nas condições da competição pacífica entre os dois sistemas.

3. Quando da recente crise provocada pelas acções e planos agressivos do imperialismo norte-americano contra Cuba, mostrou-se uma vez mais a possibilidade de no mundo de hoje evitar uma guerra mundial. A política firme, corajosa e maleável da União Soviética, apoiada pelo campo socialista e pelas forças progressivas e pacíficas de todo o mundo, conseguiu dois resultados pelos quais toda a humanidade deve estar agradecida: salvar a humanidade dos horrores duma iminente guerra nuclear e salvaguardar a independência de Cuba, assegurar que o seu heróico povo, disposto

a dar a vida em defesa das suas conquistas revolucionárias, continue a construir na paz o socialismo.

Nesse momento crítico que exigia o cerrar fileiras de todo o campo socialista, dos povos e forças pacíficas, os dogmáticos, em vez de apoiarem a União Soviética, o campo socialista, as forças da paz, empreenderam uma campanha de calúnias contra o povo soviético, o PCUS, o seu Comité Central e o seu primeiro secretário, camarada N. S. Kruschov. Eles incitaram à guerra termo-nuclear, ajudando objectivamente os planos dos agressores imperialistas e procurando impedir a resolução do conflito. Só pessoas irresponsáveis poderiam ter procedido assim.

Homens que entretanto se intitulam leninistas, gritam que se não devem estabelecer quaisquer «compromissos» com o imperialismo. Mas só quem se tenha completamente esquecido dos ensinamentos de Lénine, ignora que o processo revolucionário não é um caminho em linha recta, e que o leninismo ensina o estabelecer compromissos em vantagem da causa do comunismo.

A solução da crise de Cuba, graças fundamentalmente à política externa pacífica da União Soviética, representou uma grande vitória para o campo socialista e para todas as forças que no mundo lutam pela democracia, a independência nacional, o socialismo, o comunismo e a paz.

O imperialismo está enfraquecido e decompõe-se, mas está longe de ser um «tigre de papel». Para que os seus planos de agressão e de guerra possam ser postos em cheque é necessário que se não subestime (nem sobrestime) o seu poder, antes que se mobilizem com confiança todas as forças da paz necessárias para manter em respeito os imperialistas que dispõem de imensos meios militares de destruição.

Se os planos de agressão e de guerra dos imperialistas podem ser jugulados, isso não se deve naturalmente à fraseologia esquerdista dos dogmáticos, mas ao poderosíssimo potencial militar da União Soviética, à força do campo socialista, à política da coexistência pacífica, aos povos que lutam pela sua independência nacional, à acção da classe operária e das massas populares de todo o mundo.

4. O Partido Comunista Português lamenta verificar que os dirigentes do Partido do Trabalho Albanês recebem apoio, estímulo e incitamento da parte do Partido Comunista da China.

A vitória da revolução socialista na China é um acontecimento de importância histórica mundial. O Partido Comunista da China é um grande partido de gloriosas tradições. Isso torna ainda mais doloroso verificar que um tão grande partido de um tão grande país, em vez de exercer a sua influência no sentido de ajudar o Partido do Trabalho Albanês a rectificar as suas posições anti-leninistas, lhe dá a sua aprovação. O Partido Comunista da China reproduz na própria imprensa os artigos caluniosos do Partido do Trabalho Alba-

nês, censura o movimento comunista internacional por desvendar a política anti-leninista dos dirigentes albaneses, ataca em Congressos de Partidos irmãos a política desses partidos, defende uma orientação flagrantemente contrária à orientação do movimento comunista internacional.

Estes factos mostram que o Partido Comunista da China não respeita também as conclusões das Conferências dos Partidos Comunistas e Operários em que participou e que ele próprio subverteu.

Em 1960, os 81 partidos reunidos em Moscovo chegaram à conclusão de que o movimento comunista internacional deveria prosseguir simultaneamente a luta contra o oportunismo de direita e o revisionismo, e contra o dogmatismo e sectarismo. Em 1960 era o revisionismo o perigo principal. Mas de então para cá, as posições dos dogmáticos por um lado, a rectificação de alguns importantes aspectos da orientação da União dos Comunistas Jugoslavos por outro lado mudaram a situação.

Considera o Partido Comunista Português que, podendo em alguns partidos, o oportunismo de direita continuar a ser o perigo principal, no conjunto do movimento comunista internacional o principal perigo da hora presente é o dogmatismo. Interessa combater os dois desvios, tenda em conta a situação actualmente existente no movimento comunista internacional.

5. As divergências existentes apareceram à luz do dia. Os partidos comunistas e operários viram-se obrigados a definir publicamente as suas posições em defesa da linha que unânimeamente adoptaram. Mas a polémica pública, pela sua própria natureza, conduz a exaltações desfavoráveis à unidade do movimento comunista.

O Partido Comunista Português apoia a proposta feita no VI.º Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha pelo camarada Kruschov, em nome do Partido Comunista da União Soviética, de que os partidos irmãos cessem a polémica pública acerca das questões em litígio. A cessação da polémica não exclui naturalmente a defesa da linha política geral do movimento comunista, mas deve significar que todos os partidos cessem as críticas públicas a partidos irmãos. Pelo seu lado, o Partido Comunista Português, a partir deste documento, cessará de fazer publicamente qualquer referência crítica ao Partido Comunista da China, ao Partido do Trabalho Albanês e a qualquer Partido irmão, salvo se acontecimentos posteriores a isso o obrigarem.

As divergências existentes no movimento comunista mundial trazem grandes prejuízos à causa do comunismo. Para vencer essas divergências só pode haver um caminho: as conversações pacíficas, realizadas com espírito franco e fraternal, entre os partidos irmãos. O Partido Comunista Português considera que tais conversações são imprescindíveis a fim de preparar as condições necessárias para a realização com êxito de uma conferência de todos os Partidos Comunistas e Operários, onde



sejam debatidos os problemas em litígio. O Partido Comunista Português confia em que, inspirando-se no marxismo-leninismo, os comunistas serão capazes de reconstituir a unidade ideológica e de acção do movimento comunista internacional.

Todos os comunistas estão empenhados na luta contra o imperialismo, na luta para varrer da face da terra a exploração do homem pelo homem, a desigualdade e a injustiça social, a dominação duns povos por outros povos, a ameaça da guerra. Todos têm um objectivo supremo comum: o triunfo do comunismo, a instauração da Paz, da liberdade, da igualdade, da fraternidade, do trabalho, da felicidade, da abundância para todos os povos e nações. Se todos os Partidos Comunistas e Operários colocarem acima de tudo os interesses e objectivos superiores e comuns, não só conserva-

rão como reforçarão a sua unidade.

O Partido Comunista Português, orgulhoso de pertencer à grande família dos partidos comunistas e operários, condena severamente quaisquer acções cisionistas e defende com intransigência a unidade do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário — unidade que é a mais sólida garantia para o triunfo da causa do comunismo.

O Partido Comunista Português guia-se pelo princípio inscrito na Declaração dos 81 Partidos Comunistas e Operários de 1960:

«A preocupação de reforçar constantemente a unidade do movimento comunista internacional é o dever internacional supremo de cada partido marxista-leninista».

19 de Janeiro de 1963

O Comité Central do Partido Comunista Português

POR UM FORTE MOVIMENTO SINDICAL

Na recente resolução sobre o Trabalho Sindical, publicada em «O Militante» nº 120, o Comité Central salienta a grande importância desta frente de trabalho do Partido e a necessidade premente de elevar muito o seu nível.

Embora os Sindicatos Nacionais tenham sido impostos pelo regime fascista com o fim de integrar a classe operária no colete de forças do corporativismo, a linha política traçada de há muitos anos pelo nosso Partido é a de que devemos utilizar esses sindicatos para aí fazer um trabalho de massas.

As experiências colhidas não só internacionalmente mas também no próprio trabalho sindical do nosso Partido só confirmam que tal orientação é correcta e necessária. O que é mau, o que tem sido mau, é que a importância do trabalho sindical tenha sido subestimada por muitas organizações do Partido e dum modo geral por todo o Partido em determinados períodos.

Importa vencer rapidamente o atraso que existe.

A legislação fascista e os sindicatos nacionais

Desde a publicação do Decreto-Lei nº 23.050, de Setembro de 1933 que instituiu em Portugal os «Sindicatos Nacionais», até à promulgação do Decreto-Lei nº 38.968 em 1959, o governo fascista de Salazar tem publicado todo um conjunto de decretos, despachos e diplomas que visam fundamentalmente dois objectivos:

—lançar a confusão nas massas trabalhadoras, na medida em que se torna cada vez mais difícil saber ao certo qual é o decreto, despacho

ou diploma que rege determinado aspecto da actividade sindical;

—dificultar cada vez mais a acção das massas sindicalizadas eliminando quaisquer «faltas» deixadas na legislação anterior, e que os trabalhadores hábilmente souberam aproveitar.

Após as grandes vitórias sindicais em 1945, vitórias cujo papel decisivo coube ao Partido guiando e elucidando as massas trabalhadoras, o salazarismo publicou ainda nesse ano (28 de Dezembro de 1945) o Decreto-Lei nº 35.404 no qual se determinava que daí em diante o mandato das direcções dos Sindicatos Nacionais passaria a ser de três anos em vez de um, como era anteriormente e como ainda hoje têm impresso os estatutos da maioria dos Sindicatos Nacionais.

Mas apesar dessa nova e flagrante ilegalidade as massas operárias guiadas pelo Partido souberam desenvolver grandes acções nos Sindicatos Nacionais e consequentemente em 1947-1948 novas vitórias se vieram somar às obtidas em 1945.

De novo o salazarismo, pelo despacho de 8 de Janeiro de 1948, remodelou profundamente tudo o que vigorava em matéria eleitoral sindical.

Em 1959 nova lei é publicada, agora expressa no Decreto-Lei nº 38.968 no qual se determina que só podem ser membros das direcções dos Sindicatos Nacionais os sócios que provem possuir como habilitações mínimas o exame do 2º grau.

Melhoremos o trabalho sindical

A melhoria do trabalho sindical só será alcançada quando os organismos e os camaradas apreenderem em toda a extensão a sua verdadeira importância, e qual o lugar que ocupa na actividade partidária.

Sem que haja essa compreensão, essa tomada de consciência, muito do que se fizer será devido a impulsos esporádicos dos controladores (quase sempre funcionários) a que os organismos darão, muitas das vezes, uma passiva aquiescência.

Mas passados esses impulsos, tudo voltará à «normalidade», à rotina de sempre, esperando outro impulso que agite de novo o sector.

Sem vencermos este estilo de actuação não é possível melhorar o trabalho sindical. Sem vencermos os camaradas, e os organismos do Partido, que o problema sindical deve ser discutido regularmente nas suas reuniões, sem demonstrarmos que dessas discussões devem sair resoluções concretas que não se limitem a ficar no papel, não se alcançará o nível de trabalho junto dos sindicatos que a sua importância exige.

É aos organismos mais responsáveis que compete em primeiro lugar abrir o caminho para alcançar essa melhoria, quer levando a todos os organismos de base a devida orientação, quer tomando medidas orgânicas que facilitem ou permitam a sua execução, quer controlando cuidadosamente as resoluções que forem tomadas.

Mas isso será por si só insuficiente se a organização partidária não for ganha para esta batalha, se os militantes dum modo geral não derem a sua contribuição ao esforço dos organismos superiores, isto é, se não levarem à prática as resoluções aprovadas.

Formemos mais Comissões Sindicais

Para se criar e desenvolver um movimento sindical que esteja à altura da linha que o Partido defende, com a continuidade e permanência que é necessário ter, é imprescindível e fundamental a formação de uma grande rede de Comissões Sindicais.

Sem a constituição de Comissões Sindicais em muitas empresas e classes, não é possível criar-se um trabalho sindical de base.

Incentivar a formação de Comissões Sindicais com carácter permanente, em toda a parte (empresas, classes, localidades, etc.) deve ser a primeira preocupação. Todos os organismos do Partido (Comitês Regionais, Sub-Regionais, Locais, de classe, Secretariados de empresa, etc.) devem tomar as necessárias medidas orgânicas que permitam a constituição rápida de muitas Comissões Sindicais.

Mas não se pense que a actividade partidária no terreno sindical se resume à formação da Comissão Sindical. É errado supor que será doravante a Comissão quem irá única e exclusivamente orientar e dirigir toda a luta sindical. Se constituirmos um organismo que dirige, no plano legal, o trabalho sindical, é necessário continuar trabalhando, não só para que a Comissão Sindical seja um organismo vivo, ligado às massas trabalhadoras que representa, como também para que os trabalhadores apoiem

e defendam a sua Comissão.

Por outro lado, é fundamental estudar e aplicar as formas mais correctas em cada caso, que possibilitem a coordenação das várias Comissões Sindicais

Ligação com dirigentes sindicais

Além disso, devem-se agarrar com firmeza todas as ligações com membros de direcções dos Sindicatos, das secções sindicais, secções profissionais, e até mesmo com delegados sindicais por classe ou empresa.

Estas ligações ocupam um lugar importante na actividade sindical. Seria muito errado desperdiçá-las ou mesmo deixá-las entregues a uma ligação deficiente.

Todos os organismos devem fazer um balanço às ligações deste tipo e tomar as medidas necessárias não só para as organizar de acordo com a sua importância, mas também para as defender.

Agitação sindical

Deve-se procurar esclarecer e agitar os problemas sindicais para «despertar» e informar os trabalhadores e abrir caminho à sua mobilização.

Em algumas classes e em muitas localidades, particularmente naquelas onde os sindicatos estão votados ao mais completo abandono, esse será o primeiro passo a dar pelas organizações do Partido. Nessas classes, nessas localidades, uma tarjeta, um pequeno manifesto dirigido aos trabalhadores é redigido de forma simples mas objectiva, despertá-los-á para a luta sindical e facilitará a formação e tarefas da Comissão Sindical.

As eleições de 1963

Dentro em breve vão realizar-se eleições em grande número de Sindicatos Nacionais. Se soubermos colher os ensinamentos das experiências passadas e os divulgarmos amplamente entre as massas trabalhadoras, alcançaremos certamente novos êxitos no terreno sindical. Desse modo daremos um impulso vigoroso a toda a actividade partidária nesse terreno, o que poderá ser o ponto de partida para a criação do forte movimento sindical que é fundamental criar e desenvolver para fortalecermos e ampliarmos a unidade da classe operária e restantes massas trabalhadoras.

Isto implica um grande esforço da parte dos militantes e dos organismos, que permita vencer o atraso em que nos encontramos em relação a essas eleições, em particular, e a todo o trabalho sindical em geral. Mas é necessário fazer esse esforço. É imperioso vencer esse atraso, porque assim o exige a luta que o nosso Partido trava para derrubar o fascismo e implantar a Liberdade que permita então a formação de verdadeiros Sindicatos ao serviço exclusivo dos trabalhadores.

Enquanto não constituirmos um forte movimento dentro dos Sindicatos Nacionais, o Partido não terá cumprido uma das suas tarefas fundamentais.



A raiz política dos erros conspirativos

«A caracterização das nossas deficiências é absolutamente necessária para melhor e mais rapidamente os eliminarmos da nossa actividade.

A primeira questão a levantar, com a qual parece haver certa unanimidade de opiniões é a de que as nossas deficiências conspirativas só podem subsistir porque há uma grande subestimação da natureza do regime e em particular do seu aparelho repressivo e ainda porque há uma grave incompreensão sobre o papel do Partido na luta anti-salazarista e sobre a responsabilidade dos seus dirigentes.

A compreensão correcta da luta que o nosso Partido trava e a compreensão correcta do que é o poder fascista e da força e das possibilidades da sua feroz repressão são bases necessárias para passarmos a considerar duma maneira diferente, muito mais cuidada, a defesa dos quadros do Partido, de todos os seus quadros.

Devemos ter muito presente que se não somos capazes de estancar a verdadeira sangria que temos sofrido, se permitimos que continuem as prisões de funcionários e dirigentes do Partido no mesmo ritmo, toda a acção do Partido sofrerá imenso e as consequências para a luta da classe operária e do nosso povo serão desastrosas.

Por isso, temos de fazer um intenso e amplo trabalho de esclarecimento que acabe com as incompreensões políticas que subestimam a força repressiva do fascismo, temos de elevar a noção da responsabilidade que cabe a todos os membros do Partido na condução da luta popular e no seu trabalho de defesa e desenvolvimento do Partido. Aos camaradas mais destacados compete que mais rapidamente eliminem as suas incompreensões. Só se o fizerem estarão em condições de dirigir um trabalho de esclarecimento em relação a todo o Partido, só assim estarão em condições de ter tarefas de direcção num partido que vive sob um regime fascista.

Combatendo e eliminando a raiz política das nossas deficiências conspirativas, poderemos lutar, mais bem armados, contra o intenso liberalismo que existe nas fileiras do Partido e as suas naturais consequências, o desrespeito pela disciplina, a inconfidência, o desleixo conspirativo, causas de tantas e tantas prisões».

Sobre o liberalismo

«O nosso Partido é um partido revolucionário, o partido da classe que tem à sua frente uma grande e histórica tarefa — conduzir o nosso povo para o luminoso caminho do comunismo. No momento actual deve o nosso Partido ter um papel decisivo na unidade das forças democráticas e patrióticas que não-de derrubar o regime fascista e instaurar

a democracia em Portugal.

Só um partido disciplinado, firme nos seus princípios, estreitamente ligado às massas, só um partido leninista poderá cumprir tais missões.

Um partido onde reina o liberalismo não pode ser esse partido. O liberalismo nada tem a ver com o leninismo, nada tem a ver com os interesses da classe operária. O liberalismo tem a sua raiz no individualismo pequeno-burguês e tem como frutos a indisciplina, a inconfidência, o desleixo, etc.

A estrutura orgânica do nosso Partido assenta nos princípios do centralismo democrático. A indisciplina é incompatível com esses princípios. O respeito pelo centralismo democrático é fundamental para a defesa do Partido e para toda a sua actividade. O liberalismo é um mal que mina os princípios do centralismo democrático, é extremamente pernicioso para a defesa do Partido».

(Extracto da intervenção feita na reunião do Comité Central de Dezembro de 1962, «Sobre questões da Direcção e da defesa do Partido»).

Rectificação

No «O Militante» n.º 121, de Dezembro último, saiu errada a redacção do ponto 21 da Resolução do Comité Central «É necessário um mais rápido fortalecimento e alargamento da organização», estando intercalado um período que não pertence a este ponto e faltando uma palavra. Publicamos a redacção correcta desse ponto da resolução:

«21 — A atenção do Partido pelo trabalho de massas e pelo estreitamento da sua ligação com estas implica um largo trabalho nas empresas em todos os sectores e nas organizações de massas.

O balanço colhido em relação ao número de organismos de unidade que estabelecem uma ligação orgânica com as massas mostra as grandes debilidades que continuam a existir neste aspecto tão importante do trabalho do Partido. É necessário criar muitas e muitas Comissões Reivindicativas, quer nas empresas, quer por ramos de actividade. É necessário criar nas empresas e classes, em todos os sectores, muitos outros tipos de comissões e comités voltados para uma acção concreta. Só criando nas empresas, nas herdades, nas escolas, nos quartéis, nas vilas e aldeias, etc., muitas e muitas Comissões e Comités de Unidade, o Partido organizará a sua influência entre as massas e as poderá conduzir a acções cada vez mais amplas e firmes».

As acções do operariado agrícola do Sul desencadeadas em Maio de 1962

Maio de 1962 ficará como mês memorável para todo o operariado agrícola do Sul. As suas magníficas acções de Maio, as mais importantes destes últimos anos, pela Democracia e contra a ditadura fascista, pela conquista das 8 horas e por melhores salários, constituem uma rica contribuição para a unidade e consciencialização política dos trabalhadores do campo, para a construção do caminho que conduzirá ao levantamento nacional.

As jornadas de Maio são uma demonstração convincente do elevado espírito de luta do operariado agrícola e da sua notável força de vanguarda.

A grande luta do operariado agrícola

No decorrer do mês de Abril, em várias vilas e aldeias do Alentejo e Ribatejo, tiveram lugar muitas reuniões de massas, algumas das quais com 200 e 300 pessoas, onde participaram milhares de trabalhadores. Nestas reuniões discutiam-se as comemorações do 1 e 8 de Maio, discutia-se a formação de Comissões de Unidade e a luta pela conquista das 8 horas e de melhores salários para as ceifas e para os serviços dos arrozais, discutia-se o contacto com outras localidades e com os ranchos de fora e como organizá-los e mobilizá-los para a luta. Na base dessas reuniões foram criadas dezenas de Comissões de Unidade voltadas para a comemoração do 1.º de Maio e para a luta pela conquista das 8 horas de trabalho e de melhores jornadas. Essas comissões tiveram um papel de extraordinária importância na organização e mobilização dos trabalhadores.

No dia 1.º de de Maio, mais de 50 mil trabalhadores, a grande maioria do operariado agrícola, paralisaram o trabalho no Alentejo Litoral (Alcácer, Torrão, Grândola, Ermidas, Alvalade e muitas outras localidades). No Alto e Baixo Alentejo (Couço, Avis, Portalegre, Évora, Montemor-o-Novo, Beja, Baleizão, Vale de Vargo e muitas outras) paralisaram mais de 20 mil trabalhadores. Em Ervidel e Valverde (Évora), os trabalhadores fizeram manifestações de rua. No Couço houve um piquenique com 400 pessoas.

A intensa agitação levada a cabo, a organização de muitas comissões de unidade e depois a forma maciça como foi comemorado o 1.º de Maio abriram possibilidades para a conquista, no dia seguinte, do horário das 8 horas na maioria das terras

do Alentejo Litoral.

Foi uma grande vitória alcançada sobre os grandes agrários dos concelhos de Alcácer, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, sobre os seculares hábitos de horários de trabalho de sol a sol que permitem uma maior exploração da força de trabalho e minam a saúde e a vida de centenas de milhares de trabalhadores portugueses.

Essa importante luta, em que as aspirações económicas e políticas apareceram bem entrelaçadas, rapidamente se tornou conhecida por todo o Alentejo e Ribatejo e galvanizou as massas trabalhadoras de muitas outras terras.

Após a comemoração do dia da Paz, o 8 de Maio, durante a qual, de novo dezenas de milhares de trabalhadores rurais fizeram greve, estendeu-se ao Alto e ao Baixo Alentejo a conquista das 8 horas de trabalho e de melhores jornadas para as ceifas e para os arrozais, atingindo ainda as regiões de Coruche, Benavente, Montijo, Moita, Palmela, etc.

Dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores, homens e mulheres, lançaram-se na greve durante vários dias, concentraram-se nas Praças de Jornal, e exigiram firmemente o horário de 8 horas. Formaram-se grupos que foram de rancho em rancho, levantando-os e mobilizando-os para a greve. Os trabalhadores dos ranchos de fora foram igualmente mobilizados para a luta e a quase totalidade solidarizou-se com a greve. Nos fins de Maio, cerca de 200 mil trabalhadores tinham, pela primeira vez, conquistado as 8 horas!

O peso da repressão fascista foi brutal. Dezenas de localidades foram ocupadas pelas forças da PIDE e GNR durante vários dias. Deram-se choques sangrentos com as forças de repressão. Dezenas de pessoas, homens e mulheres, de Aljustrel, de Ervidel, do Couço, de Valverde, de Palma, do Torrão, de Grândola, de Ermidas, etc., foram presas e muitas delas enviadas para Caxias. Na vila de Aljustrel, quando mais de 300 pessoas (mineiros, operários agrícolas, etc.) se dirigiam para o posto da GNR a reclamar a libertação de 15 pessoas presas, foram recebidas a rajadas de metralhadora. Dois mineiros foram mortos: António Graciano, membro do nosso Partido e Francisco Madeira, e várias pessoas, entre as quais duas mulheres, ficaram gravemente feridas.

Algumas deficiências

Ao analisarmos qual foi o papel de direcção do nosso Partido nas jornadas de Maio, chegamos a



duas conclusões principais. Em primeiro lugar, é indubitável que foi o nosso Partido e as suas organizações locais que organizaram, mobilizaram e impulsionaram as massas para a luta. Foi o nosso Partido que organizou, em várias localidades, reuniões de trabalhadores, que ajudou a formar comissões de unidade, que deu a orientação para a comemoração do 1 e 8 de Maio. Foi o nosso Partido que orientou os trabalhadores na luta pelas 8 horas e por melhores salários. Foram ainda os materiais do Partido, espalhados por dezenas de localidades e lidos por milhares de pessoas, que ajudaram a organizar as grandes acções de Maio. As massas seguiram a nossa orientação e o Partido saiu mais prestigiado.

Em segundo lugar, na luta pelas 8 horas, a partir de determinada fase, quando milhares de trabalhadores se lançaram em greve em dezenas e dezenas de localidades do Alentejo e Ribatejo, o nosso Partido foi ultrapassado pelas massas. Em muitas terras as paralisações, as concentrações nas Praças de Jorna, os choques com as forças repressivas, etc, tiveram um carácter espontâneo. Os trabalhadores foram para a luta guiados pelo exemplo, guiados por aquilo que ouviam dizer que se estava a fazer nas outras localidades. Contudo, apesar do carácter espontâneo dessas acções, foi ainda a orientação do nosso Partido que, indirectamente, mobilizou os trabalhadores.

A principal deficiência em toda esta luta reside no terreno da organização, em particular, na falta duma larga rede de comissões de Unidade nas principais localidades do Alentejo e Ribatejo. O Partido não teria sido ultrapassado, o 1.º de Maio e a luta pelas 8 horas teriam tido ainda maior projecção e melhor teriam servido a luta do operariado agrícola, se de facto houvesse centenas de comissões de unidade à frente das massas a mobilizá-las e orientá-las na luta. As organizações e camaradas responsáveis dos sectores foram, digamos, apanhados «desprevenidos». Não contavam que os trabalhadores estivessem dispostos para lutas tão grandiosas. Isto significa subestimação da luta, sectarismo e desligação das massas.

Outra deficiência reside na falta de inicialiva das organizações locais e de camaradas responsáveis dos sectores. O movimento pela conquista das 8 horas exigia várias medidas imediatas, entre as quais o envio de delegações às regiões onde não se lutava. Se o tivéssemos feito, os trabalhadores da margem esquerda do Guadiana, das regiões de Portalegre, Elvas e outras, teriam sido mobilizados para a luta. Impunha-se também o envio de comissões às localidades onde as massas tinham ido para a greve espontaneamente para procurar conhecer, orientar e estabelecer contacto com os trabalhadores dessas terras em luta. É necessário que as organizações locais tenham iniciativa. Nas greves, nas manifestações, nos choques com a repressão, etc, é preciso tomarem-se medidas na própria altura e de acordo com cada situação concreta.

Uma outra deficiência reside também na falta

de mobilização de outras camadas da população — camponeses, comerciantes, empregados, etc, — para a comemoração do 1.º de Maio. Verificou-se em muitos lados sectarismo e acanhamento político no esclarecimento e mobilização destas camadas que devem ser chamadas a actuar também na grande frente anti-salazarista.

Finalmente, para citar as deficiências mais importantes há que registar a falta de recrutamento para o nosso Partido dos homens e mulheres que se destacaram nestas acções. Deram-se lutas bravas, apareceram homens e mulheres à frente das manifestações, a fazerem parar ranchos, a encabeçarem muitas acções, e perguntamos: onde estão eles no nosso Partido? A resposta é: não soubemos ir recrutar esses homens e mulheres dignos de militarem no nosso Partido.

Por uma maior ligação com as massas

As organizações do nosso Partido, no Alentejo e Ribatejo, devem fazer maiores esforços para ligar o Partido às massas. Sem ligação com os trabalhadores, sem conhecer as suas aspirações, sem os ouvir, o nosso Partido não pode dirigir a sua luta e o seu prestígio e autoridade política não crescem. O meio orgânico para ligar o Partido às massas é a formação de centenas de comissões de Unidade nas principais localidades. Para a formação de um movimento unitário organizado devem ser tomadas medidas práticas de organização e de quadros. As comissões devem estar ligadas entre si, juntando as freguesias, concelhos e distritos. A estas comissões cabe um papel decisivo no esclarecimento, na organização e na direcção da luta diária dos trabalhadores. Estas comissões terão um papel de vanguarda na mobilização do proletariado agrícola para o levantamento nacional.

Não devemos poupar esforços para vencer as dificuldades na realização desta grande tarefa. Se não soubermos tomar medidas orgânicas para pôr de pé uma ampla rede de Comissões de Unidade, da escala local à escala provincial, ligadas às massas, corremos o risco de vermos o nosso Partido ultrapassado em novas acções.

Os trabalhadores querem lutar, a sua situação económica agrava-se constantemente, e toda a situação económica e política do país, criada pelo salazarismo, conduz as massas para lutas decisivas.

Os trabalhadores colheram experiências nas acções de Maio que abriram perspectivas para novas e maiores lutas contra o fascismo. É necessário que todos os camaradas estudem as lutas de Maio, colham o máximo de experiências, no sentido de melhorar o nosso trabalho para futuras jornadas que se avizinham.

Avante por novas jornadas!

Avante por um movimento unitário organizado do operariado agrícola!